

MIGRAÇÕES, COMUNICAÇÃO E ATIVISMOS. OLHARES E REFLEXÕES

MIGRATION, COMMUNICATION, AND ACTIVISM: PERSPECTIVES AND CRITICAL REFLECTIONS

Isabel Macedo

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Susana de Andrés

Facultad de Ciencias Sociales, Jurídicas y de la Comunicación, Universidad de Valladolid, Valladolid, Espanha

Segundo dados da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (<https://pacnur.org/pt>), estima-se que existam aproximadamente 120.000.000 de pessoas em situação de mobilidade forçada no mundo. Estas populações são forçadas a abandonar as suas regiões de origem devido a situações de violência, conflitos armados, perseguições, violações sistemáticas dos direitos humanos e/ou em resposta aos impactos das alterações climáticas. A imobilidade forçada, decorrente de conflitos prolongados, afeta também milhões de pessoas, restringindo significativamente o acesso a bens essenciais e constituindo, em muitos casos, uma espécie de “prisão a céu aberto”, com consequências devastadoras. A impossibilidade de fuga ou de mobilidade em cenários de conflito, perpetua um ciclo de sofrimento, inviabilizando oportunidades de reconstrução e de desenvolvimento humano sustentável.

Num discurso proferido em Oranienplatz, Berlim, Angela Davis (2022) salienta que “ao pensar em classificações como ‘imigrante’ ou ‘refugiado’ tendemos a pensar nelas como definições inerentes à pessoa, mas elas não representam indivíduos. Não representam grupos. Não representam comunidades. Elas representam as relações de governança reguladas pelo Estado” (00:29:52). Tal afirmação é particularmente acutilante para pensar os desafios que se colocam hoje à humanidade. A definição tradicional de “imigrante” como alguém que decide voluntariamente sair do seu país é obsoleta, quando grande parte das migrações forçadas não são consideradas elegíveis ou enquadráveis no estatuto de “refugiado”, deixando as pessoas num limbo de impossibilidades.

No discurso mediático e político, as expressões “imigrantes”, “minorias étnicas”, “raças” aparecem frequentemente associadas, remetendo para o entendimento de “imigrante” como alguém que difere da “norma” em termos raciais e culturais. Quando a cor de pele não é explicitada como critério de demarcação, ela é operacionalizada através de imagens, reforçando implicitamente processos de racialização. Além disso, nem todas as pessoas estrangeiras são vistas como “imigrantes” e nem todas as pessoas nacionais são consideradas como “cidadãs”. Por exemplo, em Portugal, as pessoas negras e as pessoas

ciganas são percebidas como “imigrantes” independentemente do seu estatuto de cidadania e alvos de reiterada xenofobia (Cabecinhas & Macedo, 2019).

Se, durante algum tempo, algumas de nós vivemos a ilusão de viver num mundo pós-colonial ou pós-imperial, o modo como as migrações têm sido reportadas pela agenda mediática tende a obliterar os processos históricos e as desigualdades que o colonialismo e o imperialismo instauraram, assim como a complexidade dos aspetos políticos e ambientais. Ora, as imagens mediáticas das migrações reatualizam frequentemente assimetrias de poder forjadas durante o colonialismo europeu, reforçando sistemas de divisão internacional do trabalho que reificam “antigas” hierarquias coloniais e determinam liberdades de circulação desiguais (Cabecinhas, 2022).

Para pensar e intervir nas atuais “crises migratórias” é fundamental ter memória e consciência histórica. Contudo, raramente as designações usadas nos média, a sua construção social e histórica e os seus efeitos são discutidos, deixando na penumbra as sobrevidas do colonialismo europeu nos atuais sistemas de governança e no meio ambiente (Chakrabarty, 2020).

Como salienta Angela Davis (2022), “se nós não desafiarmos os vestígios poderosos do colonialismo, não haverá um futuro habitável. (...) É preciso vigilância e lutas constantes. A liberdade é uma luta constante” (00:06:48). Esta luta implica esperança e ação coletiva, aos mais variados níveis, no sentido de derrubar sistemas de opressão enraizados e juntas trilharmos caminhos para a mudança social e a construção do bem comum. Davis (2022) propõe que, pela ação coletiva, contribuamos para gerar esperança, “esperança para nós mesmas, esperança para o planeta, para o futuro. E esse mesmo desafio se estende para o futuro, quando seremos confrontadas com a tarefa de continuar a gerar esperança para originar ainda mais futuros esperançosos” (00:46:46).

O conhecimento científico que produzimos e as ações que desenvolvemos contribuem para nos conhecermos e nos relacionarmos e é fundamental para compreendermos a vida em todas as suas facetas. O conhecimento científico, em articulação com outros saberes, dá-nos a possibilidade de compreensão mútua e partilha. É, pois, uma responsabilidade ética, a produção de conhecimento esperançoso, para o bem comum.

Se “estamos no mundo para comunicar, para estar em relação, para partilhar” (Chaparro & de Andrés, 2022, p. 15), importa repensar o sentido de relação nos processos de comunicação atuais. Para Chaparro e de Andrés (2022), a nossa sociedade precisa de uma teoria do humano como indissociável da natureza, uma teoria da comunicação para o bem comum – uma “teoria ética, feminista, decolonial, ecologista, socialmente justa” (p. 17). Os autores propõem recuperar a comunicação como “sentipensar”, o que implica, entre outros fatores, repensar a relação e o uso das tecnologias para interconectar ecossistemas e partilhar saberes.

Seria importante desenvolver, à semelhança do que propõe Glissant (2005), uma “poética da relação”, uma abordagem às relações humanas que valorize a diversidade, o diálogo e o direito de todos os povos à “opacidade”, ou à complexidade e à incompreensibilidade. Aceitar a opacidade é, nesta perspetiva, reconhecer a alteridade e a diferença sem tentar reduzi-las. Na comunicação e nas relações entre pessoas, grupos e instituições, é

importante lembrar o “dever de memória” (Sousa et al., 2022). Contestar esquecimentos e invisibilidades, reconstruindo memórias e visões plurais sobre o passado, constituem caminhos possíveis para uma poética da relação.

Nos últimos anos, vários movimentos sociais e projetos epistémicos em diferentes partes do mundo têm contestado a “herança” colonial europeia e recusado as assimetrias estruturais de poder, contribuindo para um envolvimento ativo contra a “colonialidade” das instituições, culturas e disciplinas. Académicos e ativistas consideram que os impactos do imperialismo, do colonialismo e da escravatura ainda hoje se fazem sentir amplamente, tanto para os povos anteriormente colonizadores como para os povos anteriormente colonizados (Figueiredo et al., 2018). Desde as lutas dos afrodescendentes contra o racismo (Macedo et al., 2023; Pereira et al., 2024; Roldão et al., 2023) até aos debates atuais sobre direitos humanos (Bethencourt, 2023; Monteiro, 2020), a colonialidade impregna culturas, identidades e relações, e manifesta-se hoje de múltiplas formas (Mignolo & Walsh, 2018).

Consequentemente, a descolonização do espaço público, do conhecimento, do pensamento, bem como a descolonização dos meios de comunicação social é vista como um projeto político, cultural e ético permanente. Considerando o importante legado do debate anti-colonial, pós-colonial (Bhabha, 1994; Fanon, 1952; Hall, 1996; Mbembe, 2013; Said, 1978; Spivak, 1988) e as críticas trazidas pela abordagem decolonial (Maldonado-Torres, 2008; Mignolo, 2017; Quijano, 2007), a produção de conhecimento para o bem comum passará pela desocidentalização e descolonização dos estudos de comunicação e dos média (Chakravarty et al., 2018; Curran & Park, 2000; Mirzoeff & Halberstam, 2018; Moyo, 2020), dando prioridade a epistemologias alternativas e metodologias emancipatórias.

As tecnologias e as redes digitais proporcionaram novas formas de contacto, participação (McDougall, et al. 2019; Pereira et al., 2021) e envolvimento das pessoas. São usadas para mobilizar comunidades, disseminar mensagens e propor mudanças sociais (Jenkins et al., 2016). Podem, também, ser utilizadas para ligar pessoas migrantes a redes de apoio, explorar oportunidades de trabalho e informações sobre os países de destino. Mas têm, ainda, um papel central na forma como as pessoas migrantes são percebidas. As imagens e narrativas partilhadas podem contribuir para construir processos de empatia e aceitação, mas também podem perpetuar estereótipos e preconceitos, influenciando a comunicação intercultural, as relações e as políticas públicas.

No *World Migration Report 2024* (McAuliffe & Oucho, 2024), assinala-se que as campanhas de desinformação contra as pessoas migrantes estão fortemente ligadas a atores políticos e mediáticos, que contribuem para a difusão de ideologias nacionalistas e xenófobas (p. 144). Por sua vez, a cobertura mediática continua a dar maior ênfase às “más” notícias e as táticas de desinformação estão a ser cada vez mais utilizadas, com consequências negativas aos mais variados níveis.

Num contexto marcado por inúmeros conflitos e por uma crescente desigualdade migratória, alterações climáticas e insegurança, a mobilidade humana enfrenta um conjunto de desafios que requerem ações urgentes. As deslocações causadas por conflitos e

pela violência conduziram a um aumento do número de refugiados em todo o mundo e as soluções têm sido insuficientes para responder às necessidades globais (McAuliffe & Oucho, 2024).

Em simultâneo, as tecnologias digitais e as redes sociais, desestabilizando a distância entre produtores e consumidores de conteúdos mediáticos, deram origem a novas mobilizações mundiais e ao emergente campo do ativismo mediático (Pickard & Yang, 2017). As tecnologias digitais permitem-nos um acompanhamento quase diário destas iniciativas e a participação nas suas dinâmicas. Lutas históricas como a antirracista, do movimento feminista, pelas causas ambientais e pela defesa das comunidades indígenas contestam o imaginário hegemónico, alterando a agenda política e aumentando a importância do estudo dos média, da arte e da cultura como potenciais expressões de emancipação. Contribuindo para este debate, os estudos sobre ativismos (Babo, 2023) procuram convocar “perspectivas interdisciplinares e policêntricas, pontos de vista descentrados (não eurocêntricos), a intersseccionalidade dos discursos” (p. 17). O ativismo mnemónico, como o compreende Cabecinhas (2022), pode traduzir novos conhecimentos através da música, da escrita, do cinema e das mais variadas formas de expressão artística. Estas formas de expressão podem contribuir para estimular a reflexão sobre acontecimentos passados e as suas influências no presente, repensando posicionamentos e olhares, transformando visões do mundo, podendo desempenhar um papel fundamental na construção de uma educação crítica.

Este número temático reúne um conjunto de contributos, a partir de uma diversidade de olhares disciplinares e contextos geográficos, para o debate sobre migrações, comunicação e ativismos. Festivais de cinema, filmes, plataformas digitais, expressões culturais, movimentos sociais digitais, transformações museológicas e as políticas de acesso ao ensino superior são alguns dos tópicos em debate, dialogando sempre com as migrações, com o debate decolonial e os processos de resistência. Embora se observe de facto um crescimento da produção científica sobre as representações das migrações nos média e as consequências políticas, sociais, económicas e culturais dos processos migratórios (Collado et al., 2024), são bastante mais escassos os estudos sobre a participação das pessoas migrantes e racializadas na produção mediática. Este é um dos assuntos abordados neste número — há um conjunto de tópicos relevantes para o debate que poderão ser aprofundados em publicações futuras. Referimo-nos, por exemplo a estudos comparativos sobre as práticas dos média na comunicação das migrações, o uso das tecnologias digitais na governação, na gestão e na vigilância das migrações e das fronteiras (e.g. Khan et al., 2022), os desafios nas metodologias para os estudos da comunicação e das migrações forçadas (e.g. Mattelart, 2019), ou estudos que escutem as pessoas migrantes e/ou racializadas sobre os modos como intervêm ativamente no espaço público. Os processos de “crimigração” (por exemplo, Amelung, 2021) e modo como o atual ecossistema mediático e o *modus operandi* dos “big tech” tem contribuído para o reforço das sobrevidas do colonialismo, assim como os recentes desenvolvimentos ao nível da inteligência artificial, foram algumas das questões afloradas neste número que irão merecer aprofundamento em estudos futuros.

Este número constitui, como assinalamos no início deste texto, um contributo para pensarmos, a partir de uma multiplicidade de olhares, o papel dos meios de comunicação e das instituições (por exemplo, universidades) nos processos de mudança social.

A reflexão crítica por Liliana Azevedo, sobre um conjunto de zonas cinzentas e ângulos mortos nos estudos sobre migrações portuguesas intraeuropeias, abre este número. A autora discute as categorias “emigrante”, “idade”, “percurso de vida”, “género” e “etnicidade”, defendendo uma abordagem reflexiva à noção de “emigração portuguesa” e ao próprio processo de produção do conhecimento. Embora sobre as migrações portuguesas, o quadro teórico elaborado e as reflexões oferecidas pela autora são de elevada pertinência para o estudo das migrações em geral e as suas interseccionalidades.

Lidia Peralta García e Lhoussain Simour analisam o Festival de Cinema CineMigrante (Buenos Aires, Argentina), que entendem ser disruptivo e inovador no modo como lida com os públicos. Este texto debate o papel deste e de outros festivais de cinema na promoção da justiça social, no incentivo ao envolvimento comunitário e na defesa dos direitos dos migrantes. A partir de uma análise aprofundada com recurso a metodologias qualitativas e quantitativas, discutem-se as atividades de programação, as interações com os média e organizações da comunidade local, a imagem corporativa e as estratégias de comunicação do festival.

Tendo por base a investigação realizada no contexto do projeto *MigraMediaActs*, Patricia Posch, Gessica Correia Borges, Chisoka Simões e Carla Cerqueira apresentam um mapeamento sobre os meios de comunicação alternativos digitais em Portugal, que de algum modo integram no seu trabalho temas relacionados com as migrações e em que as próprias equipas são constituídas por pessoas migrantes e/ou racializadas. É problematizada a importância da participação de pessoas migrantes e racializadas na produção noticiosa em Portugal, de forma a fomentar um ecossistema mediático mais inclusivo, heterogéneo e representativo da diversidade social e cultural do país.

No artigo seguinte, Sara Mehrgut analisa as relações estabelecidas com as bonecas tradicionais no Quénia. Para a autora, as bonecas, em distintos momentos históricos, surgem quer enquanto figuras femininas moldadas pelos padrões sociais que ditam o que é ser mulher, quer como símbolos de resistência à hegemonia cultural, como formas de ativismo mnemónico, contra os processos de racialização impostos durante o período colonial. Este texto problematiza, ainda, o facto de se observar atualmente a produção de bonecas que representam a diversidade do país, embora quem as produz enfrente desafios relacionados com o mercado e assimetrias decorrentes das sobrevidas do colonialismo.

Partindo da ideia de que a arte constitui um terreno fértil para a resistência aos imperialismos e ao pensamento hegemónico, Elaine Trindade e Moisés de Lemos Martins exploram conceitos como interculturalidade, decolonialidade e pós-musealidade. Refletem sobre o modo como alguns museus estão atualmente a transformar as suas exposições e narrativas, no sentido de repensar e reconstruir os discursos sobre o seu acervo e sobre a história. Na sua análise, referem algumas transformações no African Museum, na Bélgica, no Pitt Rivers Museum, na Grã-Bretanha e discutem algumas

coleções publicadas no Museu Virtual da Lusofonia, procurando associar esta análise ao paradigma do pós-museu e à ideia de um museu sem objetos. O papel ativista de coletivos de afrodescendentes nos processos de descolonização dos museus é também abordado, nomeadamente o importante papel dos guias da Afropeans nas visitas guiadas ao African Museum.

Constanza González-Véliz explora os usos do digital feitos por movimentos sociais na América Latina e nas Caraíbas. Considera que as tecnologias digitais contribuíram para transformar o panorama político e social desta região, contribuindo para a organização, mobilização e participação cidadã. A autora analisa as estratégias usadas pelos movimentos sociais na promoção da justiça social, assinalando, também os desafios e obstáculos que estes enfrentam.

A curta-metragem *Hermanos, Aquí Estamos* (2021) de Jade Rainho constituiu o ponto de partida para a reflexão apresentada por Emile Nicole Botelho Rodrigues dos Santos, Alessandro Mateus Felipe e Cristóvão Domingos de Almeida sobre o quotidiano de migrantes venezuelanas em Cuiabá, Brasil. O filme atribui protagonismo às mulheres migrantes, que narram as suas histórias e expõem os problemas sociais que enfrentam no Brasil.

Por fim, Efrén Xavier Alvarado Cevallos, Alexandre Anselmo Guilherme e Enrickson Varsori apresentam uma revisão sistemática de literatura sobre os fenómenos migratórios e as oportunidades de acesso ao ensino superior por parte de estudantes migrantes e refugiados. Os autores discutem, entre outros aspetos, o modo como as políticas e práticas institucionais dos estados influenciam o acesso, a equidade e a exclusão de estudantes migrantes. Destacam, ainda, a participação de organizações não estatais neste processo, que procuram promover o debate no sentido de mudanças mais estruturais.

Este número inclui uma leitura intitulada “Quem São As Bestas?” de Fátima Martín, a propósito do filme *As Bestas* (2022), de Rodrigo Sorogoyen. O filme explora temas como a pertença, a globalização e a relação das pessoas com os animais, as plantas e o ambiente. Introduce, ainda, novas formas de representar a ruralidade, evidenciando uma diversidade de géneros, sotaques, paisagens e sensibilidades. A autora usa a metáfora “a vaca, assim como outros animais, não é de onde nasce, mas de onde pasta”, para discutir a pertença das pessoas que migram e que procuram construir novas vidas e contribuir para os espaços e contextos onde se encontram, apesar das resistências que experienciam.

A entrevista a Amparo Marroquín Parduci, realizada por Manuel Chaparro, encerra este número temático. Na entrevista é abordada a história da migração centro-americana a partir da perspetiva das decisões políticas que influenciaram as rotas e as condições dos migrantes e o modo como os média abordam as migrações. Com uma vasta experiência de investigação na área, Amparo Marroquín tem-se debruçado mais recentemente sobre a constituição da profissão de “coiote” (*guia/passador*) enquanto mediador dos riscos enfrentados pelos migrantes no seu caminho para um novo país. A autora considera que ao longo do tempo foi observando no discurso mediático, por

um lado, um discurso de celebração, em que migrar é visto como um ato heroico e, por outro, o discurso de que migrar é um perigo terrível. As notícias, segundo a autora, constituem uma espécie de história melodramática que pode ser um épico ou uma tragédia. Importa, na opinião da entrevistada, que se avance com políticas que promovam uma maior inclusão discursiva e a visibilidade da diversidade de vozes e experiências na produção noticiosa.

ACKNOWLEDGEMENTS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (referência PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado pela FCT—Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

REFERÊNCIAS

- Amelung, N. (2021). “Crimmigration control” across borders: The convergence of migration and crime control through transnational biometric databases. *Historical Social Research*, 46(3), 151–177.
- Babo, I. (2023). *Activismos, redes e práticas comunicacionais*. Documenta.
- Bethencourt, F. (2023) *Direitos humanos*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bhabha, H. K. (1994). *The location of culture*. Routledge.
- Cabecinhas, R. (2022). Outras histórias. Ativismos mnemónicos, género e interseccionalidades. In M. Ledo-Andión, M. Pérez-Pereiro, S. Roca-Baamonde, & M.S. Barreiro-González (Eds.), *CO(M)XÉNERO. Cadernos de Comunicación e Xénero*, 2 (pp. 15–35). Vía Láctea.
- Cabecinhas, R., & Macedo, I. (2019). (Anti)racismo, ciência e educação: Teorias, políticas e práticas. *Medi@ções*, 7(2), 16–36.
- Chakrabarty, D. (2020). *The climate of history in a planetary age*. University of Chicago.
- Chakravarty, P., Kuo, R., Grubbs, V., & McIlwain, C. (2018) #CommunicationSoWhite, *Journal of Communication*, 68(2), 254–266, <https://doi.org/10.1093/joc/jqy003>
- Chaparro, M., & de Andrés, S. (2022). *Comunicación radical. Despatriarcalizar, decolonizar y ecologizar la cultura mediática*. Gedisa Editorial.
- Collado, R., de Andrés, S., Martín-Gómez de Carvallo F., & Bezerra, R. M. (2024). Representación mediática de la migración. Mapas y análisis bibliométrico de la producción científica en torno al tema. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 30(2), 411–423. <https://doi.org/10.5209/esmp.95389>
- Curran, J., & Park, M.-J. (2000). *De-westernizing media studies*. Routledge.
- Davis, A. (2022, 10 de outubro). *Imigração, racismo e resistência* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=DrS-FhXeKdU>
- Fanon, F. (1952). *Peau noire, masques blancs*. Éditions du Seuil.

- Figueiredo, A., Oldenhove, G., & Licata, L. (2018). Collective memories of colonialism and acculturation dynamics among Congolese immigrants living in Belgium. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 80–92. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.03.004>
- Glissant, E. (2005). *Introdução a uma poética da diversidade*. Editora UFJF.
- Hall, S. (1996). When was the postcolonial? Thinking at the limit. In I. Chambers & L. Curti (Eds.), *The postcolonial question* (pp. 242–260). Routledge.
- Jenkins, H., Shresthova, S., Gamber-Thompson, L., Kligler-Vilenchik, N., & Zimmerman, A. (2016). Youth voice, media, and political engagement. Introducing the core concepts. In H. Jenkins, S. Shresthova, L. Gamber-Thompson, N. Kligler-Vilenchik & A. Zimmerman (Eds.), *By any media necessary. The New Youth Activism* (pp. 1–60). New York University Press. <https://doi.org/10.18574/nyu/9781479829712.003.0004>
- Khan, S., Can, N., & Machado, H. (2022). *Racism and racial surveillance. Modernity matters*. Routledge.
- Macedo, I., Balbé, A., & Cabecinhas, R. (2023). Cultura visual, educação e comunicação intercultural: Grupos de discussão com estudantes no ensino secundário português. *Educação Em Foco*, 26(48). <https://doi.org/10.36704/eef.v26i48.7145>
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 71–114.
- Mattelart, T. (2019). Media, communication technologies and forced migration: Promises and pitfalls of an emerging research field. *European Journal of Communication*, 34(6), 582–593. <https://doi.org/10.1177/0267323119886146>
- Mbembe, J. A. (2013). *Critique de la raison nègre*. Éditions La Découverte.
- McAuliffe, M., & L.A. Ouch (Eds.) (2024). *World migration report 2024*. International Organization for Migration.
- McDougall, J., Brites, M. J., Couto, M. J., & Lucas, C. (2019). Digital literacy, fake news and education/ Alfabetización digital, fake news y educación. *Culture and Education*, 31(2), 203–212. <https://doi.org/10.1080/11356405.2019.1603632>
- Mignolo, W. D. (2017). Coloniality is far from over, and so must be decoloniality. *Afterall: A Journal of Art, Context and Enquiry*, 43, 38–45. <https://doi.org/10.1086/692552>
- Mignolo, W. D., & Walsh, C. E. (2018). *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Duke University Press.
- Mirzoeff, N., & Halberstam, J. (2018). Decolonize media: Tactics, manifestos, histories. *Journal of Cinema and Media Studies*, 57(4), 120–123.
- Monteiro, J. P. (2020). From ‘Natives’ to ‘Aborigines’: Late colonialism, Indigenous rights and the global politics of sovereignty (1953–1962). *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 48(5), 1–24.
- Moyo, L. (2020). *The decolonial turn in media studies in Africa and the Global South*. Palgrave.
- Pereira, A. C., Correia Borges, G., & Lança, M. (2024). Nota de abertura: Reparar (n)o Irreparável. *Vista*, (13), e024010. <https://doi.org/10.21814/vista.5813>
- Pereira, S., Brandão, D., & Pinto, M. (2021). bYou: A research proposal about and with children and youngsters as creative agents of change through the use of the media. In D. Raposo, N. Martins, & D. Brandão (Eds.), *advances in human dynamics for the development of contemporary societies*. AHFE 2021. Lecture notes in networks and systems (Vol. 277, pp. 95–103). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-80415-2_12

- Pickard, V., & Yang G. (2017). *Media activism in the digital age*. Routledge.
- Quijano, A. (2007). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, 21(2–3), 168–178. <https://doi.org/10.1080/09502380601164353>
- Roldão, C., Pereira, J. A., & Varela, P. (2023). *Tribuna negra: Origens do movimento negro em Portugal (1911–1933)*. Tinta da China.
- Said, E. (1978). *Orientalism*. Pantheon Books.
- Sousa, V., Khan, S., & Pereira, P. S. (2022). A restituição cultural como dever de memória. *Comunicação e Sociedade*, 41, 11–22. [https://doi.org/10.17231/comsoc.41\(2022\).4039](https://doi.org/10.17231/comsoc.41(2022).4039)
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak?. In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271–313). Macmillan.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Isabel Macedo é investigadora auxiliar no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. É doutorada em Estudos Culturais, licenciada, e mestre em Ciências da Educação. A sua investigação atual cruza a comunicação intercultural e perspetivas decoloniais para explorar os desafios das migrações contemporâneas e as representações veiculadas pelo cinema. É coordenadora do projeto *Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2022-2026) e diretora do Museu Virtual da Lusofonia, uma plataforma de cooperação académica, em ciência, ensino e artes, no espaço dos países de língua oficial portuguesa. Integra a equipa do projeto internacional *CONCILIARE - Confidently Changing Colonial Heritage* (Horizon Europe). Publicou em revistas nacionais e internacionais sobre cinema, interculturalidade, memória, (anti)racismo e educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Email: d3812@uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Rosa Cabecinhas é docente do Departamento de Ciências da Comunicação e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar e coordenado diversos projetos nacionais e internacionais sobre memória social, migrações, comunicação intercultural e mudança social. Atualmente é investigadora principal do projeto *Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e é investigadora principal da equipa local do projeto *CONCILIARE - Confidently Changing Colonial Heritage* (Horizon Europe).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>.

E-mail: cabecinhas@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Susana de Andrés é doutora em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid. É professora de Ética da Comunicação e diretora do Grupo de Investigação em Comunicação Audiovisual e Hipermedia GIR GICAVH na Universidade de Valladolid. Faz parte do conselho da Cátedra de Estudos de Género e do Observatório de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Universidade de Valladolid.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3015-9971>

E-mail: susana.andres@uva.es

Morada: Universidad de Valladolid. Campus de Segovia. Espanha



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.